



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para emissão de laudos de exames de Raio-X destinados ao atendimento das demandas da rede municipal de saúde.

2. DA ESPECIFICAÇÃO E VALOR

2.1. O item tem sua especificação, unidade e valores no escopo da tabela abaixo, conforme pesquisa de mercado.

Item	Objeto - Descrição	Qtd	Und	Valor Unit	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de emissão de laudos médicos em exames de radiografia (Raio X), realizados pela rede municipal de saúde, compreendendo a análise das imagens radiológicas e elaboração dos respectivos laudos por profissional médico habilitado e especializado.	4000	Sv	R\$ 9,68	R\$ 38.720,00

2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. O quantitativo é estimado para um período de 01 (um) ano, conforme ETP.

2.3. A vigência da dispensa eletrônica será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

3. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de prestação contínua dos serviços de emissão de laudos radiológicos (Raio-X), visando atender às demandas da rede municipal de saúde e garantir maior agilidade na realização de diagnósticos e encaminhamento dos tratamentos dos pacientes.

Os exames de raio-X constituem importante ferramenta de apoio diagnóstico, sendo indispensável a emissão dos respectivos laudos técnicos para adequada interpretação das imagens radiográficas e suporte às condutas clínicas adotadas pelos profissionais da saúde.

Atualmente, o Município não dispõe de estrutura própria suficiente para atender toda a demanda existente com a celeridade necessária, tornando necessária a contratação de empresa especializada, apta a fornecer serviço técnico qualificado, sistema informatizado para gerenciamento e disponibilização dos laudos, bem como atendimento às exigências legais e regulamentares aplicáveis.

Os laudos serão emitidos a partir das radiografias realizadas pelo aparelho fixo digital da marca VMI Medica, modelo APOLO-D, número de série 02731904001, registro ANVISA 81583780001.

4. DA ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, por meio digital, através do sistema informatizado disponibilizado pela contratada.

4.2. Após o envio das imagens radiográficas pela equipe responsável, a contratada deverá disponibilizar os respectivos laudos no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do protocolo da solicitação. Nos casos identificados como urgentes pela Administração, o prazo máximo para disponibilização do laudo será de até 02 (duas) horas.

4.3. As solicitações dos laudos serão realizadas exclusivamente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 07h00 e 17h00.

4.4. O sistema informatizado disponibilizado pela contratada deverá gerar número de protocolo para fins de controle, rastreabilidade e acompanhamento das solicitações realizadas.

4.5. Os laudos deverão ser disponibilizados em formato digital, com acesso por meio da plataforma eletrônica da contratada, garantindo segurança das informações, integridade dos dados e observância às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

4.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente no ato da disponibilização dos laudos e, definitivamente, no prazo de até 01 (um) dia útil, após verificação da conformidade, qualidade e regularidade da execução contratual.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos



decorrentes de falhas, inconsistências ou incorreta execução dos serviços prestados.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Administração, por meio de ordem bancária para crédito em conta indicada pela contratada, após a regular execução dos serviços.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal/Fatura no momento em que o fiscal do contrato atestar a execução do objeto contratado.

5.3. A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante apresentação da documentação pertinente ou consulta aos sítios eletrônicos oficiais, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

5.5. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a respectiva ordem bancária.

5.6. Constatada eventual irregularidade fiscal ou trabalhista da contratada, esta será notificada para regularização no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

5.7. Os pagamentos observarão as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, devendo a contratada emitir os documentos fiscais em conformidade com as regras de retenção tributária aplicáveis.

5.8. A contratada deverá informar no campo “Observações” da Nota Fiscal eventual condição de imunidade, isenção ou dispensa tributária, indicando o respectivo fundamento legal.

Parágrafo Único. Na ausência das informações previstas no item anterior, serão aplicadas as retenções tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente.

5.9. A Administração terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação do documento fiscal, para realização da análise e aceite.

5.10. O documento fiscal rejeitado será devolvido à contratada para correção, reiniciando-se a contagem do prazo após sua reapresentação regular.

5.11. A devolução do documento fiscal para correção não poderá ser utilizada como justificativa para interrupção da prestação dos serviços.

5.12. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, incidirão correção monetária e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados proporcionalmente ao período de atraso.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais sob os aspectos qualitativos e quantitativos.

6.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias para adequada execução do objeto contratual.

6.3. Disponibilizar as imagens radiográficas e demais informações necessárias para emissão dos laudos.

6.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, fixando prazo para regularização, quando cabível.

6.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

6.6. Efetuar o acompanhamento dos prazos de emissão dos laudos e da qualidade dos serviços prestados.

6.7. Não permitir a execução de serviços em desconformidade com as condições estabelecidas neste instrumento contratual.

6.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.9. Aplicar as penalidades administrativas previstas em lei e neste instrumento, em caso de descumprimento das obrigações contratuais.

6.10. Exigir o afastamento de qualquer preposto ou representante da CONTRATADA que apresente conduta incompatível com a execução dos serviços ou que comprometa a fiscalização contratual.

6.11. Realizar, sempre que julgar necessário, inspeções e diligências relacionadas à execução contratual, visando verificar a conformidade dos serviços prestados.



6.12. Suspender a execução contratual, quando necessário e devidamente justificado, observadas as disposições legais e assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Requisitos técnicos e operacionais

7.1.1. A contratação deverá contemplar a prestação de serviços especializados para emissão de laudos de exames radiológicos (Raio-X), realizados pela rede municipal de saúde, por meio de sistema informatizado disponibilizado pela contratada.

7.1.2. Os laudos deverão ser emitidos por profissionais devidamente habilitados e qualificados, com registro ativo no Conselho Regional de Medicina – CRM e qualificação compatível com os serviços de diagnóstico por imagem.

7.1.3. A empresa contratada deverá disponibilizar plataforma eletrônica compatível para recebimento das imagens radiográficas, gerenciamento, consulta e disponibilização dos laudos emitidos.

7.1.4. O sistema deverá permitir acesso remoto via internet, mediante login e senha individualizados, garantindo segurança, rastreabilidade das informações e histórico dos exames realizados.

7.1.5. A plataforma deverá possibilitar upload das imagens em formato DICOM ou compatível, bem como visualização, download e impressão dos laudos em formato PDF.

7.1.6. O sistema utilizado deverá possuir mecanismos de segurança e proteção de dados compatíveis com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

7.1.7. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico adequado para funcionamento da plataforma durante toda a vigência contratual.

7.2. Requisitos de execução e obrigações da contratada

7.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com observância das normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis.

7.2.2. Disponibilizar equipe técnica qualificada e em quantitativo suficiente para garantir a execução contínua dos serviços, observando os prazos estabelecidos neste instrumento.

7.2.3. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante envio das imagens radiográficas pela Administração.

7.2.4. Os laudos deverão ser disponibilizados no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após o envio dos exames pela contratante, podendo ser exigido prazo reduzido para casos classificados como urgentes.

7.2.5. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos laudos emitidos, garantindo clareza, precisão técnica e padronização das informações apresentadas.

7.2.6. Cumprir os prazos estabelecidos para emissão e disponibilização dos laudos, inclusive nos casos classificados como urgentes.

7.2.7. A contratada deverá garantir funcionamento contínuo da plataforma eletrônica utilizada para envio e recebimento dos laudos.

7.2.8. A empresa contratada será responsável pela correção de eventuais inconsistências, falhas ou divergências identificadas nos laudos emitidos, sem ônus adicional para a Administração.

7.2.9. Manter sigilo, confidencialidade e segurança sobre todas as informações e dados dos pacientes acessados durante a execução contratual, observando as disposições da LGPD.

7.2.10. Prestar os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE e comunicar imediatamente quaisquer irregularidades ou situações que possam comprometer a execução dos serviços.

7.2.11. Acatar as orientações da fiscalização contratual, sujeitando-se ao acompanhamento e fiscalização da CONTRATANTE.

7.2.12. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas decorrentes da execução contratual.

7.2.13. Disponibilizar suporte técnico adequado para funcionamento do sistema eletrônico utilizado na execução dos serviços.

7.2.14. Apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, relatórios contendo quantitativos de laudos emitidos, prazos de entrega e demais informações pertinentes à execução contratual.

7.2.15. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela CONTRATANTE.

7.3. Requisitos administrativos

7.3.1. A prestação dos serviços deverá observar todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.



7.3.2. A Administração realizará acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, podendo rejeitar laudos emitidos em desacordo com as especificações técnicas e condições estabelecidas neste instrumento.

7.3.3. A contratada deverá apresentar documentação fiscal regularizada como condição para recebimento e pagamento dos serviços executados.

7.3.4. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação.

7.4. Requisitos legais

7.4.1. A contratação observará as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas e à prestação de serviços na área da saúde.

7.4.2. A contratada deverá atender às normas sanitárias, técnicas e regulamentares pertinentes aos serviços de diagnóstico por imagem e emissão de laudos radiológicos.

7.4.3. A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais decorrentes da execução contratual, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre a Administração e os empregados ou prepostos da contratada.

8. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A fiscalização da presente contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração; FISCAL: Adilson Alves Pereira, Matrícula: 5933, Função: Coordenador de Setor/ RT do serviço de radiologia.

8.2. A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA ocorrerá por meio de notificações, correspondências oficiais, e-mails institucionais, sistema eletrônico ou demais meios formais admitidos pela Administração.

8.3. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela correta execução dos serviços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da execução contratual.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de contratação direta, mediante dispensa eletrônica de licitação, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, observadas as regras e procedimentos estabelecidos para realização da disputa entre fornecedores por meio de sistema eletrônico.

9.2. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço por item, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e demais requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

9.3. Poderão participar da disputa fornecedores do ramo pertinente ao objeto da contratação, previamente cadastrados ou que atendam às condições de habilitação exigidas pela Administração, devendo apresentar proposta compatível com as especificações do serviço e com os preços praticados no mercado.

9.4. Para fins de formalização da contratação, o fornecedor classificado em primeiro lugar deverá comprovar o atendimento às exigências jurídicas, fiscais, trabalhistas e comerciais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, bem como não possuir impedimentos para contratar com a Administração Pública.

9.5. Será realizada consulta aos cadastros oficiais de impedimentos, incluindo o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, bem como outros sistemas oficiais aplicáveis, em nome da empresa vencedora e, quando pertinente, de seus sócios ou administradores.

9.6. Constatada a regularidade da empresa e a inexistência de impedimentos legais, a contratação será formalizada com o fornecedor vencedor da disputa eletrônica, observando-se os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

10. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo:

- Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;



- Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.2. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

O atestado deverá comprovar prestação de serviços compatível com as características do objeto da presente contratação, em observância ao disposto no Art. 67 da Lei 14.133/2021, cuidando-se que tal (is) atestado (s) não seja (m) emitido (s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial.

O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do produto fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou (s) o(s) serviço (s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

10.1.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de Inscrição no CNPJ.

- O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do sessão/disputa eletrônica.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal.

- Relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

10.1.4. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data da sessão/disputa eletrônica.

10.1.5. DEVERÁ APRESENTAR, AINDA, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

a) Declaração de ME/EPP;

b) Declaração Conjunta;

c) Declaração de inexistência de servidor público municipal nos quadros da empresa.

10.1.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação de serviços de emissão de laudos radiológicos ou serviços compatíveis com o objeto licitado.

b) Comprovação de inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina – CRM da sede da licitante, quando aplicável, em situação regular.



Município de Lagoa Formosa
Praça Dona Filomena – nº 02 – Lagoa Formosa (MG)
CNPJ: 18.602.078/0001 – 41 ☎ (034) 3824-2000

- c) Comprovação de que os profissionais responsáveis pela emissão dos laudos possuem registro ativo no Conselho Regional de Medicina – CRM e qualificação compatível com os serviços de diagnóstico por imagem.
- d) Apresentação de Alvará Sanitário ou Licença Sanitária vigente da empresa licitante, expedido pelo órgão competente da sede da licitante, quando exigido pela legislação aplicável.
- e) Declaração de disponibilidade de sistema eletrônico/plataforma compatível para envio, gerenciamento e disponibilização dos laudos radiológicos, observando requisitos mínimos de segurança e proteção de dados.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA poderá ensejar a aplicação das sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal cabíveis.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, nos casos de atraso injustificado, falha na execução dos serviços ou descumprimento das obrigações contratuais;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos previstos em lei.

11.3. O atraso injustificado na emissão dos laudos poderá ensejar aplicação de multa, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, especialmente quando houver prejuízo ao atendimento dos pacientes ou à continuidade dos serviços de saúde.

11.4. As penalidades serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. As multas aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA, ou cobradas administrativamente e/ou judicialmente, quando necessário.

12. VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 38.720,00** (trinta e oito mil, setecentos e vinte reais).

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município na seguinte dotação: Ficha: 336, 381 / Fonte: 500, 621 / CO: 1002, 0000, 3210; Recurso: Próprio e Estadual.

Lagoa Formosa, MG, 22 de maio de 2026.

Adilson Alves Pereira
Coordenador de Setor (RT pelo Serviço de Radiologia)

Laísa Lara Machado
Coordenadora de Setor

Elenice Gonçalves da Silva
Coordenadora de Setor

Aline de Oliveira Braga
Secretária Municipal de Saúde